



“Integrar para não entregar”: a atuação das juventudes no Projeto Rondon (1967-1969)

RAFAELA MATEUS ANTUNES DOS SANTOS FREIBERGER*

No Brasil, 1968, foi o ano auge das manifestações juvenis pelo fim da ditadura e pela Reforma Universitária, grande demanda dos estudantes desde o final da década de 1950. Essa continuou sendo a principal reivindicação estudantil, Mesmo após o golpe-civil militar de 1964. Em 1965, o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (USAID), assinaram acordos que ficaram conhecidos pela sigla MEC-USAID com o objetivo de modernizar o ensino brasileiro por meio de convênios de assistência técnica e cooperação financeira dos EUA.

A notícia desses acordos gerou grande insatisfação no meio estudantil, pois o projeto era encarado como uma “desnacionalização da educação” brasileira. Desse modo, a partir de 1967, os estudantes realizaram grandes mobilizações e protestos em diversas regiões do país. O assassinato do estudante Edson Luís, em março de 1968, mobilizou ainda mais os estudantes que, nos meses seguintes, realizaram inúmeras manifestações em repúdio à violência policial.

A intensa repressão aos jovens contribuiu para que em junho de 1968 ocorresse a “Passeata dos 100 mil” que, além de expressar as reivindicações estudantis, buscou denunciar e criticar a violência e a repressão cometida pela polícia. O resultado da mobilização foi a formação de uma comissão com o propósito de dialogar com o governo, composta por “representantes dos estudantes, dos profissionais liberais, dos professores, dos religiosos e das mães dos estudantes” (REIS; MORAES, 2008: 25.)

Porém, o esforço foi em vão. A principal solicitação da comissão era a libertação dos jovens presos nas manifestações anteriores e, o governo, se recusou a atendê-la. Mesmo diante dos impasses nas negociações, no dia 3 de julho, houve uma nova passeata no Rio de Janeiro que reuniu 50 mil pessoas

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense.

A intensa mobilização estudantil, principalmente no ano de 1968 no Brasil e em diversas partes do mundo, contribuiu para criar o imaginário que os jovens possuem uma *natureza* revolucionária. Dessa forma, a juventude foi encarada como uma fase da vida de um indivíduo que, necessariamente, traz à tona uma postura de rebeldia e contestação aos padrões sociais e políticos estabelecidos. Essa é a perspectiva adotada em vários estudos sobre movimentos juvenis da década de 1960.

Contudo, nem todos os jovens participaram ou foram favoráveis aos protestos estudantis de 1968. No meio estudantil brasileiro, a disputa era intensa, pois havia diversas organizações com variadas matizes ideológicas (Cf: MATTOS, André Luiz, 2013). Desse modo, não é possível compreender nem a juventude, nem a sua atuação no movimento estudantil de uma forma homogênea.

Um episódio que demonstrou a polarização ideológica e a disputa por espaços de atuação no meio estudantil foi a batalha entre estudantes de Filosofia da USP e de Direito do Mackenzie na rua Maria Antônia, em outubro de 1968. O resultado do confronto, além da grande destruição material, foi a morte de um estudante secundarista, José Guimarães, que estava auxiliando os estudantes da Filosofia da USP.

Apesar das duras consequências da *guerra* na rua Maria Antônia, os alunos da Filosofia e de outras faculdades que, há meses, vinham unido esforços para a realização do Congresso da UNE, continuaram com o propósito de realizá-lo. Mesmo sabendo de todos os riscos, esses jovens não desistiram de seus planos.

Quando houve o cerco policial ao sítio onde estavam acampados, “se renderam sem luta e a Força Pública agiu sem violência” (VEJA, 16/10/1968: 15). Para a sociedade, que esperava ações de resistência e violência por parte dos estudantes, a *não* reação foi interpretada como um esvaziamento do movimento estudantil.

De acordo com os jornais, a realização do XXX Congresso não era segredo e, em grande parte, os estudantes tinham responsabilidade nisso porque *não queriam esconder* suas ações. A opção por não reagir implicava em uma reformulação de posições e ideais que esses estudantes estavam passando. Os fatos que ocorreram ao longo do ano e a recusa do governo de não atender às suas demandas levaram esses jovens a um impasse: e agora? O que fazer?

Não havia consenso sobre quais estratégias ou caminhos deveriam ser tomados, mas havia um ponto em comum: era preciso agir de outra maneira. A solução, para alguns, foi aderir à luta armada, acreditando que essa seria a única forma de pôr um fim à ditadura e estabelecer seus projetos. Outros, talvez, tenham desistido da luta política e passaram a atuar por *novas formas*, principalmente através das suas universidades, de seu cotidiano.

Para os participantes, os resultados do Congresso da UNE em Ibiúna, foram terríveis. 698 estudantes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional sob a alegação de que estavam agindo de acordo com o “comando de Cuba”. Dessa forma, o objetivo seria, através das agitações estudantes, a “criação de muitos Vietnãs em nosso País” (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/10/1968: 1-2). Pouco tempo depois do *turbulento* ano de 1968, o governo decretou o AI-5, trazendo grande impacto ao cenário político e ao movimento estudantil brasileiro. Apesar do recrudescimento do regime, isso não significou o fim da atuação juvenil. Os espaços ficaram restritos, as opções também. Mas, outros meios foram encontrados.

Ainda em 1966, temendo a radicalização juvenil que já estava ganhando contornos no Brasil, a Escola de Comando do Estado – Maior do Exército (ECEME) promoveu um seminário junto com professores da Universidade do Estado da Guanabara, nos meses de outubro e novembro, para discutir os problemas do sistema educacional brasileiro. Nesse evento, os participantes chegaram à conclusão que era necessário inserir os universitários no projeto de desenvolvimento do Brasil, defendido pelo regime militar. O objetivo era aproximar os jovens “das comunidades menos desenvolvidas que habitavam o interior do Brasil. [...]” pois, “Era interessante para o governo manter os estudantes universitários sob proteção, imprimindo-lhes a ideologia da segurança nacional” (PRAVATO, 2011: 22).

Desse modo, era necessário levar os estudantes aos locais mais remotos do Brasil para que os mesmos tivessem contato com a realidade socioeconômica do país. Surgiu, desse congresso, o chamado Projeto Rondon. A escolha do nome do projeto foi em alusão ao Marechal Rondon que, na virada do século XIX para o século XX, participou de várias missões pelo interior do Brasil com o objetivo de estabelecer a ligação e a comunicação entre as regiões do país. Por isso, o Marechal Rondon foi responsável pela abertura de caminhos e estradas, a construção de linhas telegráficas, o mapeamento de áreas e, principalmente, buscou estabelecer relações amistosas com as tribos indígenas.

Com o lema: “A selva não é nossa inimiga”, a operação piloto foi colocada em prática em junho de 1967 e contou com o apoio de estudantes de três universidades: a Universidade do Estado da Guanabara, a Universidade Federal Fluminense e a Pontifícia Universidade Católica. O primeiro grupo foi composto por 30 universitários das áreas de Medicina, Engenharia, Geociências, Documentação e Comunicação. O local escolhido foi Rondônia, estado nomeado também em homenagem ao Marechal Rondon.

Sob a coordenação do Professor Omir Fontoura, catedrático de geografia da Universidade Federal Fluminense, o grupo de estudantes ficou em Rondônia por 30 dias e realizou diversas atividades

Os universitários de Engenharia projetaram [...] uma pequena represa de captação d'água e participaram da frente pioneira de desmatamento no trecho Porto Velho- Guajará-Mirim, da rodovia Brasília – Cuiabá- Porto Velho. Os universitário de Medicina desenvolveram trabalho profilático e assistencial num raio de 480 quilômetros. [...] Os universitários de Geociências analisaram o solo das colônias agrícolas, fizeram o levantamento econômico da região, especialmente das minas de cassiterita de Jacundá e Massangana. [...] Os universitários de Documentação e Comunicação fizeram um filme sobre a Operação Piloto (MEC,1972: 13-14).

A experiência foi considerada um sucesso e trouxe grande entusiasmo aos jovens que participaram e àqueles que souberam das experiências relatadas. Para Ronaldo Dória Dreux, estudante de engenharia e um dos responsáveis pela documentação da viagem, a experiência em Rondônia contribuiu para que os universitários tomassem a noção das

[...] necessidades e os problemas de gente pobre e doente, que tem no contingente militar ali instalado seu único amigo e auxiliar. E constatamos, também, que nosso país é bem maior e mais rico do que parece no mapa, embora suas dificuldades sejam, ainda, igualmente grandes. (O GLOBO, 07/08/1967: 12).

O clima de otimismo e o grande interesse dos jovens contribuiu para que entre dezembro de 1967 e fevereiro de 1968 fosse executado o Projeto-1 que possuía um novo

lema: “Integrar para não entregar”. A procura pelo projeto foi grande: foram enviados 628 estudantes do estado da Guanabara, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul para o Norte e Nordeste do Brasil. Os estudantes foram divididos em grupos compostos por médicos, enfermeiros, engenheiros, agrônomos, dentistas, geógrafos, veterinários, teólogos, economistas e assistentes sociais (CORREIO DA MANHÃ, 17/01/1968: 16). A adesão de vários universitários à Operação gerou críticas de entidades juvenis. Foi o caso do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Católica de São Paulo que buscou alertar aos universitários que o Projeto Rondon era uma das

[...] medidas tomadas pelo governo no sentido de popularizar o Exército, quando este nunca esteve como defensor dos interesses do povo. Ao contrário, somente tem mantido o esquema de dominação cada vez mais acentuado no país.” (CORREIO DA MANHÃ, 11/01/1968: 2).

No entanto, para quem voltou da Operação – 1, destinada à região Amazônica, a experiência foi considerada muito enriquecedora. Os participantes, além de terem contato com a realidade socioeconômica do interior do país, marcada pelas doenças, a falta de médicos e de água encanada, tiveram a noção das riquezas minerais da região. Alguns dos participantes resolveram voltar, meses depois, para a região.

Foi o caso de Marlene de Jesus Silva, recém-formada em odontologia que retornou para Manaus, em março de 1968, porque foi “conquistada pelas grandes coisas que eu posso fazer lá, enquanto no Rio ou em São Paulo eu esbarraria, a toda hora, com médicos e dentistas.” (CORREIO DA MANHÃ, 15/02/1968:1).

Para a estudante Edir Paraquette Bastos, que participou do grupo que atuou em Crateús, interior do Ceará, a experiência contribuiu para motivá-la a atuar na solução dos problemas socioeconômicos que a população brasileira enfrentava. Outro estudante que teve impressão positiva do Projeto Rondon foi Túlio Sérgio Bulcão, um dos coordenadores da equipe do Pará, composta por 72 estudantes. Segundo Túlio Sérgio “o Projeto Rondon foi a melhor coisa que apareceu para tirar a poeira das Universidades.” (CORREIO DA MANHÃ, 15/02/1968:1).

Com o crescimento do Projeto Rondon houve maior mobilização das Forças Armadas para dar suporte às operações, como barcos da Marinha e aviões da FAB. Diante desse contexto, em junho de 1968, o governo federal instituiu o Projeto Rondon

[...] em caráter permanente, um Grupo de Trabalho, denominado "Projeto Rondon" com sede na cidade do Rio de Janeiro, diretamente subordinado ao Ministério do Interior, com a finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional¹.

A criação desse programa reflete a preocupação em cooptar os jovens para o projeto ideológico do regime militar e, acima de tudo, criar meios para inibir a influência do ideias comunistas no meio juvenil. No entanto, o que explica a grande adesão dos jovens a esses projetos? Em 1968, no auge das manifestações juvenis contrárias ao autoritarismo do regime militar em relação às discussões sobre a reforma universitária, muitos jovens optaram por aderir ao Projeto Rondon e desbravar o interior do Brasil.

Em julho de 1968 foi colocado em prática o Projeto- 2 que reuniu 3.605 universitários para realizarem ações, principalmente, no Centro – Oeste. Contudo, diante da dificuldade de transportar um número tão elevado de participantes, a solução foi criar atividades menores em áreas do interior do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio grande do Sul para realizar inúmeras operações.

Apesar do aumento da repressão do regime militar aos estudantes em 1968 e da decretação do AI- 5, em dezembro do mesmo ano, a adesão ao Projeto Rondon aumentou, consideravelmente, pois 15.000 universitários se inscreveram para participar da operação que seria realizada entre janeiro e fevereiro de 1969. No entanto, diante da falta de estrutura para a locomoção e acomodação de um número tão elevado de estudantes, apenas 4.220 universitários conseguiram participar das atividades desenvolvidas nas regiões da Amazônia, Vale do São Francisco, Vale do Jequitinhonha, São Paulo, sul do Mato Grosso e Espírito Santo.

¹ Decreto nº 62.927 de 26/06/1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01/09/2016.

Muitos dos participantes das primeiras operações realizadas destacaram em seus relatórios finais e em declarações que o Projeto Rondon possuía um caráter assistencialista. Embora as inúmeras atividades realizadas tenham ajudado, não geravam uma mudança real no modo de vida da população das regiões contempladas. Desse modo, os estudantes defendiam a realização de ações que fossem permanentes e que promovessem transformações na realidade socioeconômica nesses locais.

Diante dessa demanda, houve a criação de *campi* avançados com o propósito de dar continuidade as ações desenvolvidas pelos jovens nas regiões alcançadas pelo Projeto Rondon. Com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro foram instalados os primeiros *campi* avançados, em 1969, em Roraima e no Amazonas. A finalidade desse programa era

[...] interiorizar de forma duradoura o universitário e as universidades, já que um campus do Projeto Rondon deveria funcionar como posto permanente das instituições de ensino superior junto às populações do interior brasileiro (AMATO, 2015: 78)

A grande aceitação ao Projeto Rondon possibilitou que, em 1970, ele fosse transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta² e, em 1975, fosse criada a Fundação Projeto Rondon³. As estimativas são que em 1972 o Projeto Rondon chegou a envolver 30 mil universitários em suas diversas atividades ao redor do Brasil. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta

Levando em conta que o projeto continuou ativo até 1989, é de se supor que o total de jovens tenha chegado à casa das centenas de milhares, a maior parte deles mobilizada na vigência do regime militar, quando o empenho do Estado era maior. A operação foi um sucesso em termos de mobilização de estudantes e de publicidade positiva para o governo, além de ter deixado bons projetos

² Decreto n° 67.505, de 6 de novembro de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67505-6-novembro-1970-409061-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02/09/2016.

³ Lei N° 6.310 de 15 de dezembro de 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6310.htm. Acesso em 02/09/2016.

em certas áreas, que receberam equipamentos médicos e instalações universitárias (MOTTA, 2014: 93).

Em um contexto marcado pelo recrudescimento da ditadura militar, após o AI-5, muitos jovens optaram pela luta armada, outros preferiram seguir o caminho oposto: engajar-se na causa, defendida pelo regime militar, e aderir ao projeto. Foi o caso de Leticia Maria Mayr Liu, estudante de Geografia da PUC que, em 1969, participou do Projeto Rondon e relatou, anos mais tarde, que

Não acreditava na luta armada, não acreditava na filosofia comunista e sofria ao ver que ia acontecendo com alguns conhecidos que “desapareciam”. Era difícil manter uma posição sem filiação, sem um emblema. Já me incomodava, imagina isso em 1969, o desrespeito à natureza, aos índios e por isso era considerada fora da realidade. Não conseguia me inserir nos movimentos “subversivos” a não ser pela indignação com a violência e arbitrariedades (MAYR LIU, Leticia Maria, 2008, p. 38).

O relato de Leticia Maria Mayr Liu é um exemplo de como muitos dos jovens, desse período, não eram favor a luta armada ou de outras formas de combate ao regime militar.

Um dos objetivos do regime militar foi canalizar a insatisfação juvenil para a realização de atividades de caráter assistencialista no interior do Brasil. Porém, cabe o questionamento: em que medida as propostas do Projeto Rondon não representaram as demandas de grandes parcelas de jovens estudantes que não estavam engajados com o projeto das esquerdas? Será que, de fato, toda a juventude possui como principal característica comportamental, inerente a sua condição, a inclinação para a revolução? Todo jovem é revolucionário por natureza?

É importante compreender a atuação juvenil, não apenas em relação aos seus espaços específicos, mas ao contexto político nacional. Por mais que movimentos, partidos ou até mesmo governos tentem controlar e usufruir da *condição* juvenil essa conquista possui limitações. Os jovens não reproduzem, apenas por repetição, os códigos, valores ou comportamentos do mundo dos adultos

Acerca da juventude há todo um universo simbólico, marcado por inúmeras referências, que sofrem um processo de ressignificação de acordo com as experiências e vivências das gerações. Por isso, é possível falar na existência de subculturas juvenis. Esse ponto de vista deve ser levado em consideração ao analisar a participação dos jovens dentro e fora do movimento estudantil.

Desse modo, não é possível atribuir aos jovens um caráter essencialmente rebelde e revolucionário. Apesar desses traços estarem presentes na atuação e mobilização de parcelas juvenis, essa condição não foi característica de toda a juventude, muito menos em vários episódios da História do Brasil, nos quais foram possíveis destacar a participação de jovens.

A juventude deve ser encarada sempre no plural, até mesmo para compreender melhor suas aspirações e demandas. Ao privilegiar a ação das juventudes ligada aos projetos das esquerdas do Brasil, dando ênfase, principalmente as décadas de 1960 e 1970, grande parte da historiografia contribuiu, ainda mais, para a idealização de uma juventude revolucionária.

Fontes

Correio da Manhã

Folha de São Paulo

O Globo

Veja

Referências Bibliográficas

AMATO, Gabriel. *"Aula prática de Brasil": ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Daniel Aarão; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964 – 1968)*. Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 -1968*. Campinas, São Paulo: Papirus 1987.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MAYR LIU, Leticia Maria et. al. *Aventura na Amazônia: uma lição de vida no Projeto Rondon*. Porto Alegre, 2008.

MEC, Instituto Nacional do Livro. *O jovem deve saber tudo sobre o Projeto Rondon*. Coleção Brasil Hoje no 9, Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRAVATO, Camila. M. *Projeto Rondon e Ensino no Brasil: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico*. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, 2011.